

RESOLUÇÃO CTIC/MF Nº 011, de 7 de fevereiro de 2018.

O COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA – CTIC, no uso das atribuições que lhe conferem as Resoluções do Comitê Estratégico de Gestão do MF (CEG) nº 01, de 30 de janeiro de 2012, e nº 08, de 18 de novembro de 2016, resolve:

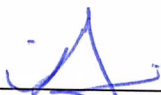
Art. 1º Aprovar o Plano de Dados Abertos do Ministério da Fazenda – PDA/MF 2018-2019, descrito no Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2018.



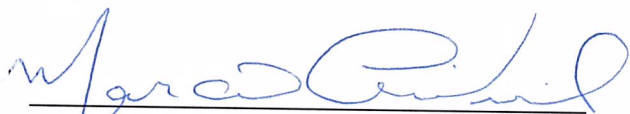
Julieta Alida Garcia Verleun
Presidente do CTIC



Escola de Administração Fazendária – ESAF



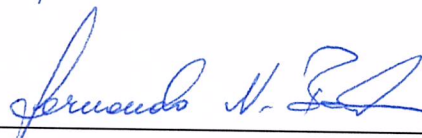
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –
PGFN



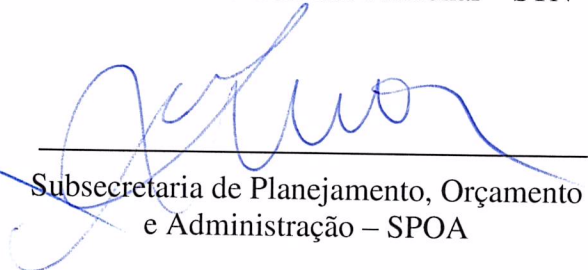
Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB



Secretaria do Tesouro Nacional – STN



Subsecretaria de Gestão Estratégica – SGE



Subsecretaria de Planejamento, Orçamento
e Administração – SPOA

Plano de Dados Abertos

2018-2019

Ministério da Fazenda

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Fernando Nascimento Barbosa

Rogério Nogalha de Lima

Grupo de Trabalho

Abdsandryk Cunha de Souza

Andre Pereira

Arthur Pomnitz de Gouvea

Carlos Augusto Araújo

Danielle Carvalho Barbosa

Danilo Baldez

Denis de Queiroz Braz

Flávio Vieira

Jorge Ribeiro Cunha da Silva

José Haroldo Cavalcante

Luciana Silva Alves

Nicir Chaves

Paulo Maurício Freire de Oliveira

Rafael Portieri Pignatti

Rodrigo Parente

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
APRESENTAÇÃO.....	4
PLANO DE DADOS ABERTOS.....	5
II) CENÁRIO INSTITUCIONAL.....	7
III) OBJETIVO GERAL.....	8
IV) OBJETIVO ESPECÍFICO	8
V) DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS	8
VI) ESTRATÉGIAS DOS DADOS ABERTOS DO MF.....	9
VII) PREMISSAS	10
VIII) CATALOGAÇÃO DOS DADOS ABERTOS	11
IX) SUSTENTAÇÃO	11
X) MONITORAMENTO E CONTROLE.....	11
XI) PLANO DE GESTÃO DE RISCOS.....	13
XII) PLANO DE AÇÃO	16
XIII) DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17
XIV) REFERENCIAS.....	17
XV) GLOSSÁRIO	17
XVI) Anexo I – Catálogo de Dados 2018-2019 PDA/MF	19

APRESENTAÇÃO

O Plano de Dados Abertos (PDA), aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) do Ministério da Fazenda, é o documento orientador para que os órgãos fazendários organizem e divulguem suas bases de dados com segurança, qualidade e eficiência.

Portanto, o PDA estabelece as prioridades de divulgação dos conjuntos de dados, considerando o grau de relevância das informações para a sociedade, os compromissos anteriormente assumidos pelo órgão, o alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico, as competências e os conjuntos de dados efetivamente mantidos pela instituição.

Nesta segunda edição, o Plano visa a racionalização e a sustentabilidade dos dados, de modo a garantir a qualidade das informações prestadas ao cidadão e à administração pública. Nesse sentido, este documento traz como novidade a matriz de risco, com objetivo de mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar a abertura das bases de dados. O PDA também contém o cronograma com prazos e responsabilidades; a matriz de governança; e a observância às metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos dados abertos, além da matriz de risco.

A elaboração deste plano atende ao disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012; à Instrução Normativa SLTI nº 4, de 12 de abril de 2012; à Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – (INDA) e ao Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

PLANO DE DADOS ABERTOS

PLANO DE DADOS ABERTOS

2018-2019

Ministério da Fazenda

Fevereiro de 2018

I) INTRODUÇÃO

O direito à informação constitui fundamento básico da democracia. O exercício pleno deste direito pelos cidadãos deve ser efetivado com o acesso a informações primárias, íntegras, autênticas e atualizadas. A publicação dos dados públicos por meios eletrônicos deve facilitar seu reuso e permitir acesso simplificado aos usuários. Sendo assim, Dados Abertos são dados que são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Todo dado público tem vocação para ser dado aberto. Como praticamente todo dado governamental é público, é fundamental que os governos implementem políticas para disponibilizá-los.

O Ministério da Fazenda, por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA), o qual estabelecerá ações para a implementação e promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade considerando, os normativos abaixo:

- Resolução nº 001 do Comitê Estratégico de Gestão do Ministério da Fazenda(CEG), de 30 de janeiro de 2012.
- Resolução nº 3¹(SETIC-Ministério do Planejamento), publicada em 13 de outubro de 2017, que orienta os órgãos e entidades da Administração Direta federal, autárquica e fundacional na elaboração e implementação do Plano de Dados Abertos (PDA).
- Decreto nº 8.777², de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.
- Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, que estabelece a Política de Governança Digital e determina a edição da Estratégia de Governança Digital EGD da administração pública federal.
- Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal – EGD 2016-19³, publicada em 2016, iniciou a implementação de um novo paradigma na gestão pública, explorando, potencializando e orquestrando sinergias que promovam maior eficácia, eficiência, efetividade e economicidade do Estado Brasileiro. A EGD recomenda aos governos desenvolver e implementar estratégias de governo digital e define em seu primeiro objetivo estratégico: fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos.
- Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda – PMIMF, concebido e iniciado no ano de 2011, foi elaborado e coordenado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, da Secretaria Executiva do MF (SGE/SE/MF), o qual consiste em um conjunto de ações, estruturadas ano a ano, voltadas para a construção de soluções coletivas e desafios gerenciais comuns a diversos órgãos da estrutura do Ministério, a modernização da gestão e a busca por maior eficiência e eficácia das ações do Ministério da Fazenda no exercício de suas funções regimentais, sempre em prol da sociedade.
- Plano de Ação da INDA⁴, que instituiu a necessidade de os órgãos criarem seus respectivos Planos de Abertura de Dados, servindo como norte para a visão,

estratégia e política de abertura de dados na Administração Pública Federal. O documento traz orientações relacionadas com elementos mínimos dos Planos, além de definir uma série de diretrizes para a abertura de dados, observando-se a relevância para o cidadão. Além disso, ressaltam-se as boas práticas utilizadas na Cartilha Técnica⁷ para publicação de Dados Abertos.

- Instrução Normativa SLTI nº 4⁵, de 12 de abril de 2012, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público, aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo Federal. Integram a INDA obrigatoriamente o órgão Central, os órgãos Setoriais, os órgãos Seccionais e Correlatos do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática – SISP.
- Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011, que em seu artigo 3º institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.
- A Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei 12527⁶, sancionada em 18 de novembro de 2011, regula o direito constitucional de acesso às informações que esteja sob a guarda do Estado. A LAI representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo a exceção. Também define prazos e regras claras para a disponibilização das informações públicas, dentre elas o formato aberto.
- Decreto nº 6.666⁷, de 27 de novembro de 2008, determinou a necessidade do compartilhamento e da disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com exceção dos dados protegidos por sigilo, instituindo a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

II) CENÁRIO INSTITUCIONAL

A publicação de Dados Abertos pela Administração Pública Federal é um dever constitucional em virtude do princípio da publicidade, art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como, direito do cidadão em receber informações públicas, previsto no art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal. Neste contexto, as ações do MF vão ao encontro das demandas mais recentes relacionadas com a transparência do setor público, com a promoção de uma maior participação social, e com a geração de novos serviços desenvolvidos de forma colaborativa pela sociedade.

Alguns órgãos do Ministério da Fazenda, como a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, já iniciaram atividades para a disponibilização de Dados Abertos para a sociedade. Exemplo desta iniciativa é o portal “Tesouro Transparente”⁸, lançado em 18 de dezembro de 2015, o qual disponibilizou para a sociedade brasileira os dados e informações que ampliam a fiscalização dos recursos públicos por parte dos cidadãos, buscando uma melhor gestão e auxiliando o governo a cumprir sua missão. O Tesouro Transparente passa a ser, portanto, um dos principais canais de comunicação social da instituição e importante ferramenta de atuação estratégica, já que o Tesouro Nacional

tem como diretrizes o equilíbrio fiscal, a qualidade do gasto público e a transparência de suas ações.

Este PDA visa contemplar os órgãos que compõem a estrutura do MF. A elaboração e revisão do PDA estão alinhadas com a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda⁹.

III) OBJETIVO GERAL

Promover a abertura de dados no Ministério da Fazenda de forma a garantir o princípio constitucional da publicidade, bem como promover a transparência na administração pública e facilitar o acesso às informações pela sociedade.

IV) OBJETIVO ESPECÍFICO

No âmbito do Ministério da Fazenda:

- Identificar prioridades da sociedade e disponibilizar dados em formato aberto;
- Incrementar os processos de transparência e de acesso às informações públicas;
- Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- Melhorar a gestão da informação e de dados;
- Estimular a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais pela publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
- Estimular a visualização da informação dos dados geoespaciais com as ações de governo.

V) DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS

A abertura de dados deve, sobretudo, garantir os princípios da publicidade e da transparência da administração pública, levando em consideração o contexto da estrutura organizacional do MF. Para se estabelecer as metas de abertura de dados e etapas de priorização, em atendimento a Resolução nº 03, publicada em 13 de outubro de 2017, art. 4º, item 4, devem-se levar em consideração os seguintes critérios:

1. A relevância e a necessidade das demandas pela sociedade via e-SIC (Sistema Eletrônico de Serviços de Informações ao Cidadão) do MF.
2. O nível de maturidade dos órgãos que constituem o MF;
3. O alinhamento perante a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico do MF, integrantes do Plano de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda - PMIMF;
4. Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo MF;
5. Disponibilidade do acesso aos Dados, sob os pontos de vista técnico e orçamentário.

VI) ESTRATÉGIAS DOS DADOS ABERTOS DO MF

Cada unidade organizacional deve indicar os responsáveis pela governança do conteúdo publicado de dados abertos.

Compete a unidade organizacional responsável pela governança do conteúdo de dados abertos:

1. Coordenar o levantamento das bases de dados candidatas à abertura;
2. Coordenar a priorização e seleção dos dados que serão abertos;
3. Articular com as áreas a necessidade de abertura dos dados.

São responsáveis pela governança do conteúdo publicado de dados abertos:

1. Responsável(is) pelo(s) conjunto(s) de dados: Servidor(es) responsável(is) pela(s) área(s) que detém ou elabora(m) o conjunto de dados a serem disponibilizados;
2. Operador: Servidor(es) indicado(s) pelo(s) responsável(is) pela(s) área(s) para atualizar e publicar os dados em formato aberto, no que for relativo aos conjuntos de dados sob seus cuidados;
3. Administrador dos conjuntos de dados de cada órgão do MF: Servidor(es) indicado pelo dirigente máximo da unidade do MF responsável pela governança operacional do conteúdo de todos os conjuntos de dados disponibilizados pela unidade do MF.

Compete ao responsável pelo conjunto de dados:

1. Autorizar os dados a serem publicados.
2. Definir o operador de seus conjuntos de dados.
3. Ser responsável pelos dados publicados.

Compete ao operador:

1. Realizar a publicação da abertura de dados;
2. Promover a sustentabilidade dos conjuntos de dados já publicados;
3. Analisar as bases antes de serem publicadas, a fim de identificar possíveis inconsistências e assegurar que não serão divulgadas informações sigilosas, sobretudo aquelas de caráter pessoal.
4. Atualizar os dados conforme periodicidade estabelecida na Matriz de Responsabilidade.
5. Informar os metadados, recomendando-se a elaboração de um Dicionário de Dados, sempre que possível, para cada base que for publicada.

Compete ao administrador dos conjuntos de dados:

1. Realizar a governança operacional do conteúdo de todos os conjuntos de dados disponibilizados pela unidade do MF;
2. Manter atualizados os cadastros dos operadores;
3. Habilitar operadores para acessar as ferramentas de publicação necessárias ao exercício de suas atribuições, bem como cancelar essas habilitações, conforme verifique ser necessário;
4. Acompanhar a atualização das bases de dados e sua adequação aos padrões de forma, conteúdo e periodicidade de atualização definidos;
5. Notificar o operador e o responsável do conjunto de informações, caso a atualização não seja realizada conforme os padrões estabelecidos;
6. Publicar informações de interesse dos usuários, de caráter geral, sobre desempenho ou alterações em qualquer dos componentes do Portal, sempre que necessário;

Compete a Ouvidoria de cada unidade do MF:

1. Ser responsável por coordenar as atividades da Lei de Acesso à Informação no Ministério da Fazenda.
2. Receber dúvidas e solicitações de correção de problemas relativos aos dados já disponibilizados.
3. Identificar os assuntos mais relevantes pelo público e articular, sempre que possível, junto às unidades do MF a possibilidade de abertura desses dados.

VII) PREMISSAS

1. Publicar os dados considerados relevantes para a sociedade, disponíveis e informando as eventuais limitações de qualidade dos dados.
2. Sempre que possível, publicar dados e seus metadados conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
 - I. Nome ou título do conjunto de dados;
 - II. Descrição sucinta;
 - III. Palavras-chave (etiquetas);
 - IV. Assuntos relacionados do E-VOG - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico;
 - V. Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
 - VI. Periodicidade de atualização;
 - VII. Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral etc. exemplo: dados referentes ao censo de 2011, dados de um indicador mensal); VIII – Escopo por cidade, por estado, por região.
3. Catalogar os Dados Abertos do MF;

4. Manter atualizados os dados publicados, preferencialmente por meio de sincronização automática, com a menor periodicidade e granularidade viáveis;
5. Publicar os dados seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e Governo Eletrônico, na medida da capacidade técnica;
6. Catalogar os dados no Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais, a partir de procedimentos a serem internalizados pelo Ministério da Fazenda. Para esses dados deve-se levar em conta as normas e padrões da INDE.

VIII) CATALOGAÇÃO DOS DADOS ABERTOS

As bases de dados publicadas em formato aberto serão catalogadas preferencialmente no Portal Brasileiro de Dados Abertos e opcionalmente na Página de Dados Abertos dos órgãos do MF, sendo que até dezembro de 2019 todos os dados deverão estar no Portal Brasileiro de Dados Abertos. O processo de catalogação dos dados publicados em formato aberto será realizado por cada um dos órgãos do MF, cujos responsáveis participarão de capacitações. A listagem das bases publicadas, com a periodicidade e o servidor responsável para a atualização, está descrito na Matriz de Responsabilidade, constante no anexo I.

IX) SUSTENTAÇÃO

A abertura de dados é uma iniciativa que requer uma contínua e permanente curadoria sobre a publicação dos dados com o objetivo de garantir a disponibilidade, a qualidade, a autenticidade, a integridade e a atualidade dos dados a serem publicados, assim como a incorporação do processo de abertura de dados na rotina do Ministério da Fazenda.

Cada unidade do Ministério da Fazenda ficará responsável por:

1. Verificar se seus dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE para efeitos de publicação (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
2. Elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados.
3. Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;

X) MONITORAMENTO E CONTROLE

Com a elaboração e implantação do PDA, o MF busca o monitoramento contínuo dos dados publicados e aqueles a serem publicados, bem como, melhorar a participação social. Os esclarecimentos de dúvidas de interpretação e correção de eventuais problemas nos dados já disponibilizados deverá ser solucionado pela unidade

responsável dos dados, podendo ser comunicada pelo usuário por meio da Ouvidoria do Ministério da Fazenda.

XI) PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

A partir das ações elencadas, foi efetuado um levantamento de riscos. Para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala com 5 níveis de classificação: 1 - muito baixo, 2 - baixo, 3 - médio, 4 - alto e 5 - muito alto. Sendo que a Severidade é a multiplicação dos fatores probabilidade e impacto. Os critérios utilizados para realizar a classificação são apresentados nas tabelas 1 e 2:

Critérios de classificação dos riscos – Probabilidade:

Grau de Probabilidade	Definição
1 - Muito baixo	• Chance muito rara de acontecer o evento;
	• São raros os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento;
	• Estima-se em menor que 5% a chance deste evento de risco ocorrer.
2 - Baixo	• Esporadicamente observa-se a ocorrência deste tipo de evento;
	• Estima-se entre 5 e 30% a chance deste evento de risco ocorrer.
3 - Médio	• É comum a ocorrência deste tipo de evento;
	• Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento de risco ocorrer.
4 - Alto	• Grande probabilidade de acontecer o evento;
	• São bastantes frequentes os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento;
	• Estima-se entre 70 e 90% a chance deste evento de risco ocorrer.
5 - Muito alto	• Probabilidade altíssima de acontecer o evento;
	• Estima-se em maior que 90% a chance deste evento de risco ocorrer.

Tabela 1 – Critérios de classificação dos riscos – Probabilidade

Critérios de classificação dos riscos – Impacto:

Grau de Impacto	Definição
1 - Muito baixo	Um evento que, se ocorrer, não produz efeito na operação
2 - Baixo	Um evento que, se ocorrer, causa apenas um pequeno aumento de custos ou atraso operacional. Os requerimentos podem ser cumpridos.
3 - Médio	Um evento que, se ocorrer, causar impacto moderado em processo, mas funções importantes ainda assim são executadas.
4 - Alto	Um evento que, se ocorrer, pode causar grande impacto em um processo. Requerimentos secundários podem não ser atingidos.
5 - Muito alto	Um evento que, se ocorrer, pode causar a falha total de um processo. Incapacidade de atingir um mínimo aceitável dos requerimentos.

Tabela 2 – Critérios de classificação dos riscos - Impacto

Matriz de Risco:

MATRIZ DE RISCO			Probabilidade				
			1	2	3	4	5
			Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Impacto	5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	4	Alto	4	8	12	16	20
	3	Médio	3	6	9	12	15
	2	Baixo	2	4	6	8	10
	1	Muito Baixo	1	2	3	4	5

Tabela 3 – Matriz de Risco

Critério do grau de Severidade:

Severidade = Probabilidade x Impacto		
Severidade	1 a 4	Baixo
	5 a 10	Médio
	11 a 18	Alto
	19 a 25	Extremamente Alto

Tabela 4 – Critério do grau de Severidade

A matriz de riscos é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, conseqüentemente, os objetivos estratégicos do Ministério da Fazenda em relação ao projeto de Dados Abertos. A presente matriz de apresenta as colunas Tipo, Categoria, Risco, Consequência, Alertas, Ações (Mitigação e Contorno), Responsável, Probabilidade, Impacto e Severidade:

Tipo	Categoria	Riscos	Consequencia	Alertas	Ações (Mitigação e Contorno)	Responsável	Probabilidade	Impacto	Severidade
Riscos_Externo	Economia	Falta de orçamento para disponibilização do conjunto de dados. Alto valor para disponibilização das bases de dados.	Devido à restrição orçamentária, poderá haver comprometimento para publicação de alguns conjuntos de dados; Não atendimento ao PDA/MF; Não atendimento a dispositivos legais.	Mudança no cenário político-Econômico; Contingenciamento de recurso; Não cumprimento dos prazos estabelecidos no PDA/MF.	Revisão na distribuição dos recursos orçamentários; Revisão do PDA/MF; Buscar parcerias, convênios para disponibilização; Buscar a integração de recursos entre as áreas do MF.	Área Gestora do conjunto de dados.	4	5	
Riscos_Internos	Apoio Intitucional	Falta de comprometimento da área gestora.	Não atendimento ao PDA/MF; .	Ausências nas reuniões; Não cumprimento dos prazos estabelecidos no PDA/MF.	Reunião com o membro da área gestora; Notificação da Chefia da área gestora; Revisão do PDA/MF.	Área Gestora do conjunto de dados.	2	4	
Riscos_Internos	Apoio Intitucional	Insuficiência de recurso humano	Desatualização do conjunto de dados publicados; Não atendimento ao PDA/MF; Não atendimento a dispositivos legais	Não cumprimento das exigências do PDA/MF; Falta de recursos.	Atrair pessoas criando incentivos para aqueles que trabalham com Dados Abertos; Buscar a integração de recursos entre as áreas do MF;	Área Gestora do conjunto de dados.	2	5	
Riscos_Internos	Apoio Intitucional	Não atualização dos dados publicados.	Desatualização do conjunto de dados publicados; Não atendimento ao PDA/MF; Não atendimento a dispositivos legais	Não cumprimento das exigências do PDA/MF em relação a sua catalogação e periodicidade; Solicitação de atualização pelos usuários. .	Monitoramento automático de bases desatualizadas; Revisão do PDA/MF.	Área Gestora do conjunto de dados.	2	4	
Riscos_Internos	Política	Mudança de Decretos e normativas correlatas.	O PDA/MF pode não estar atendendo a novas normas.	Mudança no cenário político.	Revisão dos decretos e normativas; Revisão do PDA/MF.	SPOA	3	5	
Riscos_Internos	Apoio Intitucional	Falta de apoio da alta administração.	O PDA/MF pode ser comprometido no cumprimento das atividades.	Dificuldade em tratar o assunto com a alta administração.	Reunião de convencimento sobre a importância do PDA/MF; Revisão do PDA/MF.	SGE	3	4	
Riscos_Internos	Apoio Intitucional	Publicação de conjunto de dados que dependem de sistemas ou estão sendo descontinuados.	Não publicação do conjunto de Dados.	Não atendimento ao PDA/MF do conjunto de dados.	Revisão do PDA/MF.	Área Gestora do conjunto de dados.	2	3	
Riscos Internos	Técnico	Impossibilidade de anonimização dos dados de forma a preservar o sigilo	Não publicação do conjunto de Dados.	Não atendimento ao PDA/MF do conjunto de dados.	Revisão do PDA/MF.	Área Gestora do conjunto de dados.	2	3	
Riscos Internos	Apoio Intitucional	Concorrência com as demandas finalísticas.	Atrasos na disponibilização dos dados.	Surgimento de novas demandas.	Priorização das demandas.	Alta administração.	3	4	

Tabela 5 – Matriz de Riscos do PDA/MF

XII) PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação apresenta as iniciativas e os prazos para publicação e implantação do PDA/MF. Os prazos definidos neste plano estão de acordo com o Decreto 8.777 de 11 maio de 2016 e o plano de trabalho firmado entre o Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento.

AÇÃO	ATIVIDADE	OBJETIVO	META/PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Publicar PDA/MF 2018-2019	1- Elaboração da minuta do PDA/MF 2018-2019 + Catálogo do conjunto de dados de cada unidade pelo GT de Dados Abertos; 2- Aprovar a minuta do PDA/MF 2018-2019 + Catálogo do conjunto de dados pelo CTIC ; 3- Publicar o PDA/MF.	1. Elaborar o PDA com o objetivo de orientar as ações de implementação e promoção de abertura de dados, inclusive os georreferenciados.	Até dia 10 de fevereiro de 2018	ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
Capacitar os responsáveis nas áreas de negócio dos dados na implementação do PDA	1. Promover capacitação para os responsáveis nas áreas de negócio.	1. Capacitar os responsáveis nas áreas de negócio para abertura dos dados.	Até dia 31 de agosto de 2018	SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL
Disponibilizar os Dados	1. Publicar dados contidos no catálogo do PDA/MF 2018-2019; 2. Catalogar no Portal Brasileiro de Dados Abertos.	2. Disponibilizar os dados listados no catálogo de Dados, em formato aberto.	Até dia 31 de dezembro de 2019	ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
Promover a sustentabilidade dos dados já publicados	1- Atualizar os Dados periodicamente; 2- Verificar inconsistência dos dados que foram abertos.	1. Manutenção dos dados atualizados e sem inconsistências.	Até dia 31 de dezembro de 2019	ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Tabela 6 – Plano de Ação

XIII) DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Plano de Dados Abertos do Ministério da Fazenda tem a vigência até 31 de dezembro de 2019, podendo ser revisado quando houver necessidade.

Este Plano entra em vigor na data de sua publicação.

XIV) REFERENCIAS

1. <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/10/2017&jornal=1&pagina=55&totalArquivos=132>
2. <http://intra.fazenda/documents/11706/379733/Decreto+n%C2%BA+8777.pdf/2f4e481b-965f-49cd-aea6-fa34a2ef018b>
3. <http://www.governoeletronico.gov.br/estrategia-de-governanca-digital-egd/>
4. <http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT1-Gest%c3%a3o%20e%20Normativo%2fPlano%20de%20A%c3%a7%c3%a3o%20-%20INDA%2005.02.2013.odt>
5. <http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda/>
6. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
7. <http://www.inde.gov.br/a-inde/apresentacao>
8. <http://www.tesourotransparente.gov.br/>
9. <http://www.fazenda.gov.br/pmimf/institucional/cadeia-de-valor>

XV) GLOSSÁRIO

Dado: sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzido como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 2001, SETZER, 2001).

Dados Abertos: dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

Dado público: qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

e-VoG: Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico é um conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de eliciação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal.

Formato aberto: Formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição, etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 2002; SETZER, 2001).

Licença aberta: acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Metadado: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

Risco: pode ser definido como “uma estimativa do grau de incerteza que se tem em relação à realização de resultados futuros” (ANDRADE, 2001). O Guia ISSO 73, indica que o risco é o “efeito da incerteza nos objetivos de uma organização. ”

XVI) Anexo I – Catálogo de Dados 2018-2019 PDA/MF

BASE DE DADOS

Catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos

ID	Nome da Base	Descrição dos Dados	Link do dataset	Responsável	Periodicidade de Atualização
1	Condições Financeiras dos Haveres da União em Programas de Estados, Municípios e Demais Mutuários Relacionados	Este conjunto de dados contém as informações sobre os Programas ativos sob o controle da COAFI, relativos a Estados, Municípios e demais mutuários relacionados, juntamente com as condições financeiras dos contratos; e o histórico dos Programas encerrados, acompanhados, em alguns casos, dos respectivos relatórios de encerramento. Trata-se de informações meramente descritivas.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/condicoes-financeiras-dos-haveres-da-uniao	COAFI	Eventualmente - quando ocorrer o encerramento de algum Programa; caso seja criado ou recebido pela Coordenação um novo Programa; ou quando houver alterações representativas na descrição ou nas condições financeiras dos Programas.
2	Acompanhamento dos Projetos de TI do Tesouro Nacional	Este conjunto de dados contém as informações sobre a execução dos Projetos de TI na STN. Os dados estão listados conforme o projeto, seus status e data de início e fim previstos. Caso queira acessar o relatório completo dos Projetos de TI, acesse: http://stn.gov.br/web/stn/tecnologia-de-informacao	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/projetos-ti	COSIS	Anual
3	Contratos de TI gerenciados no Tesouro Nacional	Lista de contratos de TI gerenciados na Secretaria do Tesouro Nacional	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/contratosti	COSIS	Anual
4	Contratos Para Financiamentos de Projetos, Aquisição de Bens ou Serviços	Conjunto de dados contendo as informações das operações de crédito externo contratados pela União, relacionados a financiamento de projetos e aquisição de bens ou serviços (CONTRATAÇÃO DIRETA).	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/ds019	CODIV	Quadrimestral
5	Custos do Poder Executivo Federal sob a Ótica Institucional	Este conjunto de dados contém os custos agregados por órgãos superior e detalhados por órgãos do poder executivo federal. Ainda que a disponibilização dos dados seja de responsabilidade da STN, a entrada de dados e gestão de custos é de competência dos órgãos setoriais de custos, conforme portarias nº 157 e nº 716.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/custos-do-poder-executivo-federal-sob-a-otica-institucional	COINC	Mensal

6	Custos do Poder Executivo Federal sob a Ótica Orçamentária	Este conjunto de dados contém os custos detalhados pelas categorias funcional, programática e natureza detalhada da despesa pública.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/custos-do-poder-executivo-federal-sob-a-otica-orcamentaria	COINC	Mensal
7	Demonstrativos das Contas Anuais dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal	Contempla a consolidação das Contas Anuais dos estados brasileiros e do Distrito Federal. É composto por quatro grandes demonstrativos: dois patrimoniais, o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), e dois orçamentários, o Demonstrativo da Execução Orçamentária e o Demonstrativo das Despesas por Função. A estrutura dos Demonstrativos das Contas Anuais está definida conforme discriminação abaixo: Anexo I AB Balanço Patrimonial. Anexo I C Balanço Orçamentário – Receitas Orçamentárias. Anexo I D Balanço Orçamentário - Despesas por categoria econômica. Anexo I E Balanço Orçamentário – Despesas por função. Anexo I F Execução dos Restos a Pagar – Despesas por categoria econômica. Anexo I G Balanço Orçamentário – Execução dos Restos a Pagar – Despesas por função. Anexo I HI Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/dc_aedf2	CCONF	Anual
8	Demonstrativos das Contas Anuais dos Municípios Brasileiros	Contempla a consolidação das Contas Anuais dos municípios brasileiros. É composto por quatro grandes demonstrativos: dois patrimoniais, o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), e dois orçamentários, o Demonstrativo da Execução Orçamentária e o Demonstrativo das Despesas por Função. A estrutura dos Demonstrativos das Contas Anuais está definida conforme discriminação abaixo: Anexo I AB Balanço Patrimonial. Anexo I C Balanço Orçamentário – Receitas Orçamentárias. Anexo I D Balanço Orçamentário - Despesas por categoria econômica. Anexo I E Balanço Orçamentário – Despesas por função. Anexo I F Execução dos Restos a Pagar – Despesas por categoria econômica. Anexo I G Balanço Orçamentário – Execução dos Restos a Pagar – Despesas por função. Anexo I HI Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/dcam	CCONF	Anual
9	Despesa de Pessoal e Encargos Sociais da União - Por Órgão	Este conjunto de dados contém as despesas de Pessoal e Encargos Sociais da União e permite a visualização do percurso pelo qual passa o processamento deste tipo de despesa: Dotação Autorizada; Despesas Empenhada; Despesa Executada; Despesa Paga e, por fim, Restos a Pagar Pagos. Estas despesas são ainda abertas para cada um dos poderes da União e, em cada um deles, há também a discriminação por órgão. Outra forma de apresentação destas informações é por função. A divulgação destes dados começou em 2003 e se estende até os dias atuais.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/despesa-de-pessoal-e-encargos-sociais-da-uniao	COFIN	Mensal
10	Despesa de Pessoal e Encargos Sociais da União - Por Função	Este conjunto de dados contém as despesas de Pessoal e Encargos Sociais da União por função e permite a visualização do percurso pelo qual passa o processamento deste tipo de despesa: Dotação Autorizada; Despesas Empenhada; Despesa Executada; Despesa Paga e, por fim, Restos a Pagar Pagos. Estas despesas são ainda abertas para cada um dos poderes da União e, em cada um deles, há também a discriminação por órgão. Outra forma de apresentação destas informações é por função. A divulgação destes dados começou em 2003 e se estende até os dias atuais.	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/despesa-de-pessoal-e-encargos-sociais-da-uniao-por-funcao	COFIN	Mensal
11	Despesa de Pessoal e Encargos Sociais da União - Por Órgão	Este conjunto de dados contém as despesas de Pessoal e Encargos Sociais da União e permite a visualização do percurso pelo qual passa o processamento deste tipo de despesa: Dotação Autorizada; Despesas Empenhada; Despesa Executada; Despesa Paga e, por fim, Restos a Pagar Pagos. Estas despesas são ainda	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/despesa-de-pessoal-e-	CODIN	Mensal

		abertas para cada um dos poderes da União e, em cada um deles, há também a discriminação por órgão. Outra forma de apresentação destas informações é por função. A divulgação destes dados começou em 2003 e se estende até os dias atuais.	encargos-sociais-da-uniao		
12	Despesa Orçamentária da União	Demonstrativos com a despesa que depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/d-espesa-orcamentaria-da-uniao	CCONT	Anual
13	Despesas com o Novo SIAFI - Ambiente de Produção	Este conjunto de dados apresenta as despesas utilizadas para custeio do ambiente de produção do Novo SIAFI em cada Exercício Financeiro.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/si-afi-despesas-novo-siafi	COSIS	Mensal
14	Despesas com o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Ambiente de Produção	Este conjunto de dados apresenta as despesas utilizadas para custeio do ambiente de produção do SIAFI Operacional em cada Exercício Financeiro.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/si-afi-despesas-siafi-operacional	COSIS	Mensal
15	Despesas com o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Ambiente de Produção -	Este conjunto de dados contém as despesas de custeio, investimento e inversão financeira da União - Por Órgão e permite a visualização do percurso pelo qual passa o processamento deste tipo de despesa: Dotação Autorizada; Despesas Empenhada; Despesa Executada; Despesa Paga e, por fim, Restos a Pagar Pagos. Estas despesas são ainda abertas para cada um dos poderes da União e, em cada um deles, há também a discriminação por órgão. Outra forma de apresentação destas informações é por função. A divulgação destes dados começou em 2005 e se estende até os dias atuais.	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/d-espesas-de-custeio-investimento-e-inversao-financeira-da-uniao-por-orgao	COFIN	Mensal
16	Despesas de Custeio, Investimento e Inversão Financeira da União - Por Função	Este conjunto de dados contém as despesas de Pessoal e Encargos Sociais da União por função e permite a visualização do percurso pelo qual passa o processamento deste tipo de despesa: Dotação Autorizada; Despesas Empenhada; Despesa Executada; Despesa Paga e, por fim, Restos a Pagar Pagos. Estas despesas são ainda abertas para cada um dos poderes da União e, em cada um deles, há também a discriminação por órgão. Outra forma de apresentação destas informações é por função. A divulgação destes dados começou em 2003 e se estende até os dias atuais.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/d-espesa-de-pessoal-e-encargos-sociais-da-uniao-por-funcao	COFIN	Mensal
17	Despesas de Custeio, Investimento e Inversão Financeira da União - Por Órgão	Este conjunto de dados contém as despesas de Pessoal e Encargos Sociais da União e permite a visualização do percurso pelo qual passa o processamento deste tipo de despesa: Dotação Autorizada; Despesas Empenhada; Despesa Executada; Despesa Paga e, por fim, Restos a Pagar Pagos. Estas despesas são ainda abertas para cada um dos poderes da União e, em cada um deles, há também a discriminação por órgão. Outra forma de apresentação destas informações é por função. A divulgação destes dados começou em 2003 e se estende até os dias atuais.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/d-espesa-de-pessoal-e-encargos-sociais-da-uniao	COFIN	Mensal

18	Despesas e Transferências Sujeitas ao Teto - EC nº 95/2016	A Secretaria do Tesouro Nacional – STN divulga as transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério “Valor Pago” sujeitas ao limite de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional no 95/2016. São disponibilizadas as rubricas de despesa da forma mais desagregada possível e de acordo com múltiplos recortes (por Poder e Órgão, Função e Programa), implicando em um avanço em termos de transparência e avaliação do gasto público.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/d-espesas-e-transferencias-sujeitas-ao-teto-ec-n-95-2016	CESEF	Mensal
19	Dotação Orçamentária e Crédito Empenhado da Dívida Pública Federal por Fonte de Recursos	Conforme disposto no § 10 do art. 107, para a determinação do limite que vigorará para o ano de 2017 será tomada como base a despesa paga em 2016, individualizada por órgão, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetem o resultado primário. Do total da despesa apurada, contudo, os §§ 6º e 11 do art. 107 estabelecem itens que devem ser excluídos da base de cálculo dos limites .	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/d-otacao-orcamentaria-e-credito-empenhado-da-divida-publica-federal-por-fonte-de-recursos	CODIV	Anual
20	Emissões Diretas de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi	Este conjunto de dados contém o histórico dos valores de emissões diretas de títulos públicos, decorrentes de programas de governo ou de operações estruturadas, a partir de janeiro de 2009.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/ds-018	CODIV	Mensal
21	Emissões e Resgates da Dívida Pública Federal	Este conjunto de dados contém a listagem de todas as emissões e resgates de dívida pública realizados no mercado primário, onde o investidor adquire o título diretamente do emissor. No âmbito da Dívida Mobiliária Federal é representado pelas operações realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional com os investidores.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/e-missoes-e-resgates-da-divida-publica-federal	CODIV	Mensal
22	Emissões Soberanas da Dívida Pública Federal Externa	Conjunto de dados contém a listagem de todos os títulos externos emitidos pelo Tesouro Nacional desde 1995 e suas características. Os títulos são emitidos em dólares, euros ou reais (ambos com fluxos de recebimento e pagamento em dólares), usualmente com data de vencimento de 10 e 30 anos.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/ds-012	CODIP	A cada emissão de título público externo
23	Estoque - Dívida Pública Federal	Este conjunto de dados contém as informações do estoque da DPF para o fechamento do mês.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/es-toque-da-divida-publica-federal	CODIV	Mensal
24	Estoque da Dívida de Estados e do Distrito Federal	Este conjunto de dados contém o estoque da dívida de Estados e do Distrito Federal de 2011 a 2014, com duas formas de visualização: intralimite - extralimite e por credor.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/es-toque-da-divida-de-estados-e-do-distrito-federal	COREM	Anual
25	Estoque do Tesouro Direto	Esse conjunto de dados mostra o volume total de recursos aplicados ao Tesouro Direto. A metodologia de cálculo dessa estatística é a mesma usada para cálculo do estoque de toda a Dívida Pública Federal, na qual os juros são acumulados de acordo com a taxa de emissão de cada título. Assim, esse estoque não é valorado pelos preços de mercado dos títulos.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/es-toque-do-tesouro-direto	COGEP	Mensal

26	Execução dos Instrumentos Estratégicos de TI no Tesouro Nacional	Este conjunto de dados contém a informações sobre a execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI. Os dados estão listados conforme o percentual alcançado conforme objetivo estratégico e ação executada. Caso queira acessar o formulário completo do PETI e/ou PDTI, acesse: http://stn.gov.br/web/stn/tecnologia-de-informacao	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/instrumentos-estrategicos-ti	COSIS	Anual
27	Execução Orçamentária e Financeira da dívida Pública Federal por Fonte de Recursos	Este conjunto de dados contém o saldo atual da execução orçamentária e financeira da Dívida Pública Federal, para o exercício indicado, por Fonte de Recursos.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/execucao-orcamentaria-e-financeira-da-divida-publica-federal-por-fonte	CODIV	Anual
28	Execução Orçamentária e Financeira da dívida Pública Federal por Natureza da Despesa	Este conjunto de dados contém da movimentação líquida da execução orçamentária e financeira da Dívida Pública Federal, por Natureza da Despesa, discriminada por exercício e mês de lançamento.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/execucao-orcamentaria-e-financeira-da-divida-publica-federal-por-nd	CODIV	Mensal
29	Fatores de Variação da Dívida Pública Federal	Este conjunto de dados contém as informações da variação de estoque da DPF entre dois meses e as variáveis responsáveis por essa variação.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/fatores-de-variacao-da-divida-publica-federal	CODIV	Mensal
30	Fundo Soberano do Brasil	A série de Patrimônio Líquido do Fundo Soberano do Brasil - FSB faz parte do conjunto de informações utilizadas para fins de monitoramento dos resultados das aplicações financeiras do Fundo, cuja publicidade é dada pelos Relatórios de Desempenho (trimestral), e de Administração (semestral) do FSB, seguindo as melhores práticas para Fundos Soberanos e aos princípios da publicidade e da transparência aplicáveis à Administração Pública. Além disso, o PL do FSB compõe o Balanço de Fundos quando da apuração do Balanço Geral da União - BGU.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/fundo-soberano-do-brasil	COFSB	Mensal
31	Garantias Concedidas em Operações de Crédito Externas	Conjunto de dados contém as informações das garantias concedidas, relativas às operações externas firmados por Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades controladas e estatais federais, que contem com a Garantia da União.	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/garantias-concedidas-em-operacoes-de-credito	CODIV	Quadrimestral
32	Garantias Concedidas em Operações de Crédito Internas	Conjunto de dados contém as informações das garantias concedidas, relativas às operações internas firmados por Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades controladas e estatais federais, que contem com a Garantia da União.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/garantias-concedidas-em-operacoes-de-credito-internas	CODIV	Anual

33	Gastos Sociais do Governo Central - Classificação dos Gastos Tributários	A temática gasto social é frequentemente discutida na sociedade brasileira, especialmente em momentos de retração econômica e dificuldades fiscais. Questionamentos surgem a respeito da eficácia dos programas de governo e do montante dispendido com as rubricas em geral, não apenas as consideradas de cunho social. Entretanto, a complexidade do arcabouço orçamentário brasileiro dificulta uma visão global sobre a composição do gasto público e qual o significado econômico de tais dispêndios. Diante disso, o objetivo das séries aqui dispostas é permitir uma análise do gasto social brasileiro a partir de uma série histórica anual iniciada em 2002 e evidenciar a composição desse gasto em sete categorias: assistência social; educação e cultura; organização agrária; previdência social; saneamento básico e habitação; saúde; e trabalho e emprego. Uma vantagem obtida a partir da construção dessas séries foi justamente a possibilidade de se criar uma base tratada de dados com mais de 190 mil registros contábeis, o que permite analisar o dispêndio governamental brasileiro (seja social ou não) em diversas dimensões e diferentes métricas. Assim, pode-se analisar o gasto brasileiro por programa; ação; órgão que executou o gasto; função; subfunção; região em que foi aplicado o recurso; subtítulo (detalhamento sobre a localização física da ação); modalidade de aplicação; e GND – Grupo de Natureza de Despesa. Importante destacar que este trabalho representa um avanço significativo na análise do gasto social público uma vez que estabelece o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o conceito de gasto social e seus componentes, bem como disponibiliza a base de dados possibilitando a análise e disseminação das informações relativas ao gasto social pela sociedade como um todo. Adotou-se como conceito de gasto social aquele destinado a atender às pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como os dispêndios que proporcionam oportunidades de promoção social. Ainda, a abrangência aqui adotada é o gasto social executado diretamente pelo Governo Central, bem como as transferências vinculadas a gastos sociais realizadas por esta esfera de governo aos governos estaduais e municipais. Ou seja, foram levados em consideração todos os dispêndios que transitaram pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Destaca-se que na categoria Previdência Social (Regime Geral da Previdência Social - RGPS e Regime Próprio da Previdência Social – RPPS) são apresentadas duas óticas de análise que são chamadas de “visão geral” e “visão restrita”. Na visão restrita foram consideradas apenas as parcelas dos benefícios de características previdenciárias que não superam o limite de um salário mínimo por mês. Este corte se justifica porque muitos beneficiários recebem valores acima do que seria necessário para prover o acesso a bens e serviços básicos. Ainda, foram trazidas à análise os gastos tributários de caráter social implementados pelo Governo Federal brasileiro.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/gastos-sociais-do-governo-central-dados-anuais	CESEF	Anual
----	--	---	---	-------	-------

34	Gastos Sociais do Governo Central - Despesas OFSS apenas Previdência Social	A temática gasto social é frequentemente discutida na sociedade brasileira, especialmente em momentos de retração econômica e dificuldades fiscais. Questionamentos surgem a respeito da eficácia dos programas de governo e do montante dispendido com as rubricas em geral, não apenas as consideradas de cunho social. Entretanto, a complexidade do arcabouço orçamentário brasileiro dificulta uma visão global sobre a composição do gasto público e qual o significado econômico de tais dispêndios. Diante disso, o objetivo das séries aqui dispostas é permitir uma análise do gasto social brasileiro a partir de uma série histórica anual iniciada em 2002 e evidenciar a composição desse gasto em sete categorias: assistência social; educação e cultura; organização agrária; previdência social; saneamento básico e habitação; saúde; e trabalho e emprego. Uma vantagem obtida a partir da construção dessas séries foi justamente a possibilidade de se criar uma base tratada de dados com mais de 190 mil registros contábeis, o que permite analisar o dispêndio governamental brasileiro (seja social ou não) em diversas dimensões e diferentes métricas. Assim, pode-se analisar o gasto brasileiro por programa; ação; órgão que executou o gasto; função; subfunção; região em que foi aplicado o recurso; subtítulo (detalhamento sobre a localização física da ação); modalidade de aplicação; e GND – Grupo de Natureza de Despesa. Importante destacar que este trabalho representa um avanço significativo na análise do gasto social público uma vez que estabelece o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o conceito de gasto social e seus componentes, bem como disponibiliza a base de dados possibilitando a análise e disseminação das informações relativas ao gasto social pela sociedade como um todo. Adotou-se como conceito de gasto social aquele destinado a atender às pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como os dispêndios que proporcionam oportunidades de promoção social. Ainda, a abrangência aqui adotada é o gasto social executado diretamente pelo Governo Central, bem como as transferências vinculadas a gastos sociais realizadas por esta esfera de governo aos governos estaduais e municipais. Ou seja, foram levados em consideração todos os dispêndios que transitaram pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Destaca-se que na categoria Previdência Social (Regime Geral da Previdência Social - RGPS e Regime Próprio da Previdência Social – RPPS) são apresentadas duas óticas de análise que são chamadas de “visão geral” e “visão restrita”. Na visão restrita foram consideradas apenas as parcelas dos benefícios de características previdenciárias que não superam o limite de um salário mínimo por mês. Este corte se justifica porque muitos beneficiários recebem valores acima do que seria necessário para prover o acesso a bens e serviços básicos. Ainda, foram trazidas à análise os gastos tributários de caráter social implementados pelo Governo Federal brasileiro. As fontes primárias de informação consistem primordialmente dos registros contábeis disponíveis para consulta no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a base de dados históricos da Previdência Social - Aeps Infologo - disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social para as informações sobre gastos previdenciários, bem como as informações disponíveis no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre os gastos tributários implementados pelo governo brasileiro, além das informações constantes nos planos plurianuais divulgados para o período em estudo.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/gastos-sociais-do-governo-central-despesas-ofss- apenas-previdencia-social	CESEF	Anual
----	--	---	--	-------	-------

35	Gastos Sociais do Governo Central - Despesas OFSS exceto Previdência Social	A temática gasto social é frequentemente discutida na sociedade brasileira, especialmente em momentos de retração econômica e dificuldades fiscais. Questionamentos surgem a respeito da eficácia dos programas de governo e do montante dispendido com as rubricas em geral, não apenas as consideradas de cunho social. Entretanto, a complexidade do arcabouço orçamentário brasileiro dificulta uma visão global sobre a composição do gasto público e qual o significado econômico de tais dispêndios. Diante disso, o objetivo das séries aqui dispostas é permitir uma análise do gasto social brasileiro a partir de uma série histórica anual iniciada em 2002 e evidenciar a composição desse gasto em sete categorias: assistência social; educação e cultura; organização agrária; previdência social; saneamento básico e habitação; saúde; e trabalho e emprego. Uma vantagem obtida a partir da construção dessas séries foi justamente a possibilidade de se criar uma base tratada de dados com mais de 190 mil registros contábeis, o que permite analisar o dispêndio governamental brasileiro (seja social ou não) em diversas dimensões e diferentes métricas. Assim, pode-se analisar o gasto brasileiro por programa; ação; órgão que executou o gasto; função; subfunção; região em que foi aplicado o recurso; subtítulo (detalhamento sobre a localização física da ação); modalidade de aplicação; e GND – Grupo de Natureza de Despesa. Importante destacar que este trabalho representa um avanço significativo na análise do gasto social público uma vez que estabelece o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o conceito de gasto social e seus componentes, bem como disponibiliza a base de dados possibilitando a análise e disseminação das informações relativas ao gasto social pela sociedade como um todo. Adotou-se como conceito de gasto social aquele destinado a atender às pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como os dispêndios que proporcionam oportunidades de promoção social. Ainda, a abrangência aqui adotada é o gasto social executado diretamente pelo Governo Central, bem como as transferências vinculadas a gastos sociais realizadas por esta esfera de governo aos governos estaduais e municipais. Ou seja, foram levados em consideração todos os dispêndios que transitaram pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Destaca-se que na categoria Previdência Social (Regime Geral da Previdência Social - RGPS e Regime Próprio da Previdência Social – RPPS) são apresentadas duas óticas de análise que são chamadas de “visão geral” e “visão restrita”. Na visão restrita foram consideradas apenas as parcelas dos benefícios de características previdenciárias que não superam o limite de um salário mínimo por mês. Este corte se justifica porque muitos beneficiários recebem valores acima do que seria necessário para prover o acesso a bens e serviços básicos. Ainda, foram trazidas à análise os gastos tributários de caráter social implementados pelo Governo Federal brasileiro. As fontes primárias de informação consistem primordialmente dos registros contábeis disponíveis para consulta no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a base de dados históricos da Previdência Social - Aeps Infologo - disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social para as informações sobre gastos previdenciários, bem como as informações disponíveis no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre os gastos tributários implementados pelo governo brasileiro, além das informações constantes nos planos plurianuais divulgados para o período em estudo.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/gastos-sociais-do-governo-central-despesas-ofss-exceto-previdencia-social	CESEF	Anual
36	Gestão por Centros de Custos - Demais Custos	Este conjunto de dados contém os custos de órgãos ou entidades que fazem gestão por centros de custos (não estão incluídos custos com pessoal)	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/gestao-por-centros-de-custos-	COINC	Mensal

			demaís-custos		
37	Indicadores Fiscais e de Endividamento dos Estados	Entre os principais indicadores fiscais, podemos citar a Dívida Consolidada Líquida (DCL), a Receita Corrente Líquida (RCL) e a relação entre as duas, ou seja, DCL/RCL. Dívida Consolidada Líquida (DCL) De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, a DCL representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros). Caso o valor dos haveres financeiros seja inferior aos Restos a Pagar processados (exceto precatórios), não haverá deduções na DC, e logo a Dívida Consolidada Líquida (DCL) será igual à Dívida Consolidada. Por sua vez, a Dívida Consolidada (DC) ou fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas as obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas: a) pela realização de operações de crédito com a emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária); b) pela realização de operações de crédito em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses; c) com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos; d) pela realização de operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, que tenham constado como receitas no orçamento. Receita Corrente Líquida (RCL) De acordo com o MDF da STN, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais. Conforme a LRF, em seu art. 2º, inciso IV: "IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição." DCL/RCL Os limites percentuais da relação DCL/RCL dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão previstos na Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001, e são os seguintes: a) no caso dos Estados e do Distrito Federal: < 2,0 b) no caso dos Municípios: < 1,2	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/indicadores-fiscais-e-de-endividamento-dos-estados	COPEM	Não há

38	Investidores do Tesouro Direto	Este conjunto de dados contém a lista de investidores cadastrados no programa Tesouro Direto. A listagem inclui dados do perfil do investidor como data de adesão, profissão, cidade de residência e estado civil, dentre outros. Há também informação se o investidor está ativo ou não, o que significa que ele ainda opera no programa, assim como existe um indicador se ele operou nos últimos 12 meses. Os investidores são identificados por um código único. Quando um investidor possui cadastro em mais de uma instituição financeira, esse outro cadastro é registrado em uma nova linha com o mesmo código de investidor.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/investidores-do-tesouro-direto	COGEP	Mensal
39	Investimento Público - OGU - Valores Pagos	Investimento Orçamento Geral da União (OGU) – Corresponde ao total das despesas de investimentos e inversões financeiras, exceto despesas financeiras, conforme definido nos Parágrafos 4º e 5º do Art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Os dados são obtidos a partir de consultas junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A estatística é apurada pelo grupo de natureza da despesa igual a 4 e 5, exceto despesas financeiras.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/investimento-publico	COAPI	Mensal
40	Limites da LRF para a União: Contratação de Operações de Crédito	Séries históricas quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Contratação de Operações de Crédito. O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara: "A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar." Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber: despesa total com pessoal; dívida consolidada; concessão de garantias e contragarantias; e operações de crédito. O cumprimento desses limites é demonstrado por meio do Relatório de Gestão Fiscal, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela LRF. Esse relatório é emitido quadrimestralmente pelos titulares dos Poderes e dos órgãos referidos no art. 20 da Lei. Os relatórios do Poder Executivo Federal (em PDF) podem ser acessados na página: http://www.tesouro.gov.br/web/stn/-/relatorio-de-gestao-fiscal As saídas de dados disponibilizadas aqui representam os principais valores apurados especificamente para a verificação dos limites mencionados acima. Assim, deve-se ter em mente que as informações deste conjunto de dados seguem metodologia própria, definida de acordo com os critérios estabelecidos pela LRF, pelo Manual de Demonstrativos Fiscais e eventuais recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, que realiza a verificação do cumprimento desses limites a cada quadrimestre. Dessa forma, podem eventualmente existir divergências entre esses valores e outros divulgados neste portal no âmbito de outros conjuntos de dados, com nomes semelhantes.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/limites-lrf-uniao	CCONT	Quadrimestral

41	Limites da LRF para a União: Despesas com Pessoal do Poder Executivo Federal	Série histórica quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Despesa com Pessoal do Poder Executivo Federal. O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara: "A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar." Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber: despesa total com pessoal; dívida consolidada; concessão de garantias e contragarantias; e operações de crédito. O cumprimento desses limites são demonstrados por meio do Relatório de Gestão Fiscal, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela LRF. Esse relatório é emitido quadrimestralmente pelos titulares dos Poderes e dos órgãos referidos no art. 20 da Lei. Os relatórios do Poder Executivo Federal (em PDF) podem ser acessados na página: http://www.tesouro.gov.br/web/stn/-/relatorio-de-gestao-fiscal As saídas de dados disponibilizadas aqui representam os principais valores apurados especificamente para a verificação dos limites mencionados acima. Assim, deve-se ter em mente que as informações deste conjunto de dados seguem metodologia própria, definida de acordo com os critérios estabelecidos pela LRF, pelo Manual de Demonstrativos Fiscais e eventuais recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, que realiza a verificação do cumprimento desses limites a cada quadrimestre. Dessa forma, podem eventualmente existir divergências entre esses valores e outros divulgados neste portal no âmbito de outros conjuntos de dados, com nomes semelhantes.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/limites-da-lrf-para-a-uniao-despesas-com-pessoal-do-poder-executivo-federal	CCONT	Quadrimestral
42	Limites da LRF para a União: Dívida Consolidada Líquida da União	Séries históricas quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Dívida Consolidada Líquida da União. O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara: "A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar." Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber: • despesa total com pessoal; • dívida consolidada; • concessão de garantias e contragarantias; e • operações de crédito. O cumprimento desses limites são demonstrados por meio do Relatório de Gestão Fiscal, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela LRF. Esse relatório é emitido quadrimestralmente pelos titulares dos Poderes e dos órgãos referidos no art. 20 da Lei. Os relatórios do Poder Executivo Federal (em PDF) podem ser acessados na página: http://www.tesouro.gov.br/web/stn/-/relatorio-de-gestao-fiscal As saídas de dados disponibilizadas aqui representam os principais valores apurados especificamente para a verificação dos limites mencionados acima. Assim, deve-se ter em mente que as informações deste conjunto de dados seguem metodologia própria, definida de acordo com os critérios estabelecidos pela LRF, pelo Manual de Demonstrativos Fiscais e	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/limites-da-lrf-para-a-uniao-divida-consolidada-liquida-da-uniao	CCONT	Quadrimestral

		eventuais recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, que realiza a verificação do cumprimento desses limites a cada quadrimestre. Dessa forma, podem eventualmente existir divergências entre esses valores e outros divulgados neste portal no âmbito de outros conjuntos de dados, com nomes semelhantes.			
43	Limites da LRF para a União: Concedidas	Séries históricas quadrimestrais dos valores referentes aos limites da LRF para Concessão de Garantias. O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara: "A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar." Este conjunto de dados demonstra o cumprimento, por parte da União (no caso das Despesas com Pessoal, apenas para o Poder Executivo), dos limites estabelecidos pela LRF, a saber: • despesa total com pessoal; • dívida consolidada; • concessão de garantias e contragarantias; e • operações de crédito. O cumprimento desses limites são demonstrados por meio do Relatório de Gestão Fiscal, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela LRF. Esse relatório é emitido quadrimestralmente pelos titulares dos Poderes e dos órgãos referidos no art. 20 da Lei. Os relatórios do Poder Executivo Federal (em PDF) podem ser acessados na página: http://www.tesouro.gov.br/web/stn/-/relatorio-de-gestao-fiscal As saídas de dados disponibilizadas aqui representam os principais valores apurados especificamente para a verificação dos limites mencionados acima. Assim, deve-se ter em mente que as informações deste conjunto de dados seguem metodologia própria, definida de acordo com os critérios estabelecidos pela LRF, pelo Manual de Demonstrativos Fiscais e eventuais recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, que realiza a verificação do cumprimento desses limites a cada quadrimestre. Dessa forma, podem eventualmente existir divergências entre esses valores e outros divulgados neste portal no âmbito de outros conjuntos de dados, com nomes semelhantes.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/limites-da-lrf-para-a-uniao-garantias-concedidas	CCONT	Quadrimestral
44	Limites de Pagamento dos Órgãos do Poder Executivo da União	Este conjunto de dados contém os limites de pagamentos dos órgãos, conforme os valores fixados no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, seguindo o detalhamento estabelecido em portaria do Ministério da Fazenda, atualizados à medida que são publicadas portarias de ampliações e remanejamentos desses limites. Tais informações são segregadas em Anexo I (fontes de recursos do Tesouro Nacional), Anexo II (fontes de recursos de esforço próprio de arrecadação dos órgãos), Anexo III (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e Emendas Individuais (com identificador de resultado primário 6 – RP6). Ficam disponíveis os limites de pagamento do ano corrente e dos dois anteriores.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/limites-de-pagamento-dos-orgaos-da-uniao	COFIN	Quinzenal

45	Lista de Órgãos do SIAFI	Listagem dos órgãos cadastrados no sistema SIAFI - Sistema de Administração Orçamentária e Financeira, contendo código, descrição e alguns outros campos	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/lista-de-orgaos-do-siafi	COSIS	Mensal
46	Operações de Crédito de Estados, Distrito Federal e Municípios	Este conjunto de dados contém a listagem de operações de crédito de Estados, Distrito Federal e Municípios e as Garantias da União analisadas pela Secretaria do Tesouro Nacional a partir do exercício de 2002, em cumprimento às RSF nº 43/2001 e 48/2007.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/peracoes-copem	COPEM	Diária
47	Operações do Tesouro Direto	Este conjunto de dados contém listagem das operações realizadas no programa Tesouro Direto com detalhamento de título e valor operado. As operações consideram o ponto de vista do Tesouro Nacional, enquanto emissor dos títulos, e são classificadas em Venda, Compra, Retirada ou Depósito.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/peracoes-copem	COGEP	Mensal
48	Participações Societárias da União	Este conjunto de dados contém a listagem de todas as participações societárias detidas diretamente pela União cujos valores de investimento estão registrados no sistema SIAFI. Tais participações representam as empresas estatais federais (empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União detém a maioria do capital votante), bem como as participações minoritárias em outras empresas (empresas estatais estaduais ou municipais, ou em subsidiárias de empresas estatais federais, ou ainda em empresas privadas).	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/participacoes-societarias-da-uniao	COPAR	Anual
49	Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - OGU - Valores Pagos	PAC – O Programa de Aceleração do Crescimento foi criado no início de 2007, conforme Decreto n. 6.025/2007, como um Programa de Governo destinado a incrementar o planejamento de longo prazo, em uma parceria inédita entre o governo, empresas estatais e iniciativa privada. O PAC selecionou diversas ações de investimento, das quais se espera um elevado grau de influência na modernização e ampliação da infraestrutura do país (rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica) e melhoria na qualidade de vida do cidadão (saneamento, saúde e educação)	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/despesas-do-pac	COAPI	Mensal
50	Projetos de TI previstos e priorizados no Tesouro Nacional	Quadrimestralmente, o Comitê Diretor de Tecnologia de Informação do Tesouro Nacional analisa e aprova uma lista de projetos de TI que são prioritários para serem executados durante os próximos quatro meses (chamado VOTO). Caso queira acessar o relatório completo, acesse: http://stn.gov.br/web/stn/tecnologia-de-informacao	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/voto	COSIS	Anual

51	Quantidade de Documentos Cadastrados por Dia no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Este conjunto de dados apresenta a quantidade de documentos cadastrados por dia no SIAFI em cada Exercício Financeiro e mês de referência.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/siafi-quantidade-documentos	COSIS	Mensal
52	Quantidade de Transações Realizadas por Dia no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Este conjunto de dados apresenta a quantidade de transações cadastradas por dia no SIAFI em cada Exercício Financeiro e mês de referência.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/siafi-transacoes	COSIS	Mensal
53	Quantidade de Usuários Cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Este conjunto de dados apresenta os quantitativos de usuários separados de acordo com sua situação de habilitação no SIAFI (Ativos, Inativos, Bloqueados, Inibidos e Suspensos) além da quantidade total de usuários cadastrados no sistema. Os dados são apresentados por Exercício Financeiro.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/siafi-quantidade-usuarios	COSIS	Mensal
54	Quantidade de Usuários Cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, por Nível de Acesso	Este conjunto de dados apresenta a quantidade de usuários cadastrados no SIAFI considerando o seu Nível de Acesso.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/siafi-quantidade-usuarios-nivel	COSIS	Mensal
55	Quantitativo de Servidores	Número de servidores públicos vinculados à Secretaria do Tesouro Nacional, ou seja, lotados, em exercício ou com lotação e exercício na STN.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/quantitativo-de-servidores	CODIN	Anual
56	Receita Corrente Líquida da União	Série histórica da Receita Corrente Líquida da União.	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/receita-corrente-liquida-da-uniao	CCONT	Mensal

57	Receita Orçamentária da União	A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União, e aos Municípios, no caso dos Estados, consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei. A Receita Corrente Líquida (RCL) é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores. O demonstrativo da Receita Corrente Líquida da União é publicado mensalmente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União (os relatórios estão disponíveis aqui), Além disso, em razão de a RCL ser um parâmetro utilizado como referência para o cálculo dos limites da LRF, cujo cumprimento deve ser demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal, emitido quadrimestralmente pelos titulares dos Poderes e Órgãos especificados pela LRF, a STN publica quadrimestralmente demonstrativos específicos da RCL (disponíveis aqui), que incluem a metodologia de apuração. Por fim, é importante destacar que o Manual de Demonstrativos Fiscais estabelece a estrutura do demonstrativo da RCL, e orienta quanto ao seu preenchimento.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/receita-corrente-liquida-da-uniao	CCONT	Mensal
58	Relatório de Subsídios ao BNDES	Subsídios do Tesouro Nacional ao BNDES A Secretaria do Tesouro Nacional publica as informações referentes aos Subsídios para o cumprimento das disposições do § 17 do art. 1º da Lei nº 12.096/ 2009, incluído pela Lei 13.132/2015, que estabelece: § 17. O Ministério da Fazenda publicará, até o último dia do mês subsequente a cada bimestre, na internet, os seguintes demonstrativos: I - do impacto fiscal das operações do Tesouro Nacional com o BNDES, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada, considerando o custo de captação do Governo Federal e o valor devido pela União; II - dos valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros, no último exercício financeiro e no acumulado total. " (NR) A primeira publicação, referente ao último bimestre de 2015, foi feita no formato de Relatório. Nessa publicação consta a metodologia de cálculo e outros esclarecimentos pertinentes.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/relatorio-de-subsidios-ao-bndes	ASSEC	Bimestral
59	Resgates do Tesouro Direto	Este conjunto de dados apresenta o volume financeiro de resgates ocorridos no Tesouro Direto em determinado mês. Os resgates são divididos em três grupos, os títulos recomprados antecipadamente, os que foram carregados até o seu vencimento e os pagamentos de cupons semestrais de juros. O arquivo de Recompras disponibiliza listagem dos títulos que foram entregues pelo investidor antes do vencimento dos mesmos. O arquivo de Vencimentos lista os lançamentos referentes aos títulos que foram levados até a sua data de vencimento. Já o arquivo de Cupom de Juros relaciona os pagamentos de juros semestrais aos quais alguns títulos dão direito.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resgates-do-tesouro-direto	COGEP	Diária

60	Restos a Pagar da União	Restos a Pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Processadas são as despesas inscritas em restos a pagar, liquidadas e não pagas. Não Processados, são as despesas empenhados e não liquidados	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/restos-a-pagar-da-uniao	CCONT	Anual
61	Resultado dos Leilões da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	Este conjunto de dados contém as informações sobre os leilões, em oferta pública, de títulos públicos da dívida mobiliária federal interna.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/ds013	CODIP	Eventual
62	Resultado Fiscal do Governo Central - Abono Salarial	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-abono-salarial	COFIN	Mensal

63	Resultado Fiscal do Governo Central - Balancetes FCO	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-balancetes-fco	COFIN	Mensal
64	Resultado Fiscal do Governo Central - Balancetes FNE	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-balancetes-fne	COFIN	Mensal

		macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
--	--	---	--	--	--

65	Resultado Fiscal do Governo Central - Balancetes FNO	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-balancetes-fno	COFIN	Mensal
----	--	--	---	-------	--------

66	Resultado Fiscal do Governo Central - Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-beneficios-assistenciais-loas-rmv	COFIN	Mensal
67	Resultado Fiscal do Governo Central - Compensação RGPD, auxílio CDE, Complementação FGTS	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-compensacao-rgpd-auxilio-cde-complementacao-fgts	COFIN	Mensal

		em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
68	Resultado Fiscal do Governo Central - Créditos Extraordinários	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar		COFIN	Mensal

		como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
69	Resultado Fiscal do Governo Central - Discrecional-Custeio	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-discrecional	COFIN	Mensal

70	Resultado Fiscal do Governo Central - FAT	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-fat	COFIN	Mensal
71	Resultado Fiscal do Governo Central - Fluxo de Caixa do RGPS	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-fluxo-de-caixa-do-rgps	COFIN	Mensal

		Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
72	Resultado Fiscal do Governo Central - Fundo Constitucional DF	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-fundo-constitucional-df	COFIN	Mensal

		Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
73	Resultado Fiscal do Governo Central - Fundo de Terras / Funcafé / Fundo Setorial do Audiovisual / Subvenções Econômicas	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-subsidios-subvencoes-uniao	COFIN	Mensal

74	Resultado Fiscal do Governo Central - Legislativo / Judiciário / DPU / MPU	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar. Dados e recursos	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-legislativo-judiciario-dpu-mpu	COFIN	Mensal
----	--	---	---	-------	--------

75	Resultado Fiscal do Governo Central - Lei Complementar nº 87 e nº 115	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-lei-complementar-n-87-e-n-115	COFIN	Mensal
----	---	--	---	-------	--------

76	Resultado Fiscal do Governo Central - Pessoal e Encargos Sociais	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-pessoal-e-encargos-sociais	COFIN	Mensal
77	Resultado Fiscal do Governo Central - Pessoal: Sentenças Judiciais e Precatórios	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-pessoal-sentencas-judiciais-e-precatorios	COFIN	Mensal

		em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
78	Resultado Fiscal do Governo Central - Receita Bruta e Restituições	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-receita-bruta-e-restituicoes	COFIN	Mensal

		estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar			
79	Resultado Fiscal do Governo Central - Receitas de Contribuição Patronal do Servidor	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-informacoes-primarias	COFIN	Decendial

80	Resultado Fiscal do Governo Central - Receitas Diretamente Arrecadadas	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-receitas-diretamente-arrecadadas	COFIN	Decendial
81	Resultado Fiscal do Governo Central - Receitas e Despesas Primárias do Bacen	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-receitas-e-despesas-primarias-do-bacen	COFIN	Mensal

		Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
--	--	--	--	--	--

82	Resultado Fiscal do Governo Central - Salário Educação	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-salario-educacao	COFIN	Decendial
83	Resultado Fiscal do Governo Central - Seguro Desemprego	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-seguro-desemprego	COFIN	Mensal

		em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
84	Resultado Fiscal do Governo Central - Sentenças Judiciais e Precatórios	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no	http://www.tesourotranspar.ente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-sentencas	COFIN	Mensal

		estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.			
85	Resultado Fiscal do Governo Central - Série Histórica	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-informacoes-primarias	CESEF	Anual

86	Resultado Fiscal do Governo Central - Transferências Constitucionais	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-transferencias-constitucionais	COFIN	Mensal
87	Resultado Fiscal do Governo Central - Transferências Royalties e Outras	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-transferencias-royalties-e-outras	COFIN	Mensal

ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.

88	Resultado Fiscal do Governo Central - Transferencias Salario Educação, CIDE-Combustível, Complementação do FUNDEB	Apresenta os dados que são base para a confecção do Resultado Fiscal do Governo Central. O Tesouro Nacional é responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas do Governo Central. O principal veículo de comunicação dessas estatísticas é o relatório intitulado Resultado do Tesouro Nacional, que é uma publicação mensal, editada desde 1995, e que apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de uma descrição de receitas e despesas primárias, assim como a evolução da dívida líquida do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN apura o resultado a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas), conforme metodologia conhecida como "Acima da Linha". A estatística fiscal "acima da linha" permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal do país. Esse conjunto de informações constitui um ferramental essencial para as tomadas de decisões em termos de políticas públicas. Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. No Brasil, o resultado primário adotado para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o mensurado por meio da metodologia conhecida como "abaixo da linha", apurada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, a análise das fontes dos desvios é feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas), cuja apuração é realizada pelo critério "acima da linha". A estatística "abaixo da linha" leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. O Banco Central do Brasil publica mensalmente os dados "abaixo da linha" em nota específica veiculada em seu endereço eletrônico. Enquanto a estatística "abaixo da linha" permite analisar como o governo financiou seu déficit, o resultado fiscal "acima da linha" permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa condução da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-fiscal-do-governo-central-transferencias-salario-educacao-cide-combustivel	COFIN	Mensal
89	Saldos Devedores e Fluxo dos Recebimentos dos Haveres Financeiros relativos a Estados e Municípios	Este conjunto de dados contém os saldos devedores e o fluxo de pagamentos detalhados por mutuário em periodicidade anual em relação a determinados programas (Lei nº 9.496/97; M.P. nº 2.185/2001; e Lei nº 8.727/93) desde as respectivas contratações. Além disso, consolida por programa, desde 1999, os saldos devedores dos haveres financeiros acompanhados pela COAFI.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/haveres-financeiros-estados-e-municipios	COAFI	Anual

90	Saldos e Fluxos de Recebimentos dos Haveres da União, Excetos os Relacionados a Entes da Federação	Informa os Saldos e os Fluxos de Recebimentos dos Haveres da União, Excetos os Relacionados a Entes da Federação	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/saldos-e-fluxos-de-recebimentos-dos-haveres-da-uniao-excetos-os-relacionados-a-entes-da-federacao	COFIS	Mensal
91	Serviço da Dívida de Estados e do Distrito Federal	Este conjunto de dados contém os serviços dívida de Estados e do Distrito Federal de 2011 a 2014, com duas formas de visualização: intralimite - extralimite e por credor.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/servico-da-divida-de-estados-e-do-distrito-federal	COREM	Anual
92	Soluções de TI gerenciados no Tesouro Nacional	Lista de soluções de TI desenvolvidas e administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/solucoesti	COSIS	Anual
93	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Desenvolvimento Regional	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos das ações orçamentárias de incentivo ao desenvolvimento regional que compõe o orçamento dos Encargos Financeiros da União - EFU. Em particular, as ações de equalização dos fundos regionais (00M3) e operações de crédito na área da SUDENE (00P4). Orçamento sob supervisão do Ministério da Fazenda – MF.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/subsidios-e-subvencoes-da-uniao-valores-pagos-2015-desenvolvimento-regional	COPEC	Mensal
94	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Incentivo à Exportação	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias de incentivo à exportação (PROEX) operacionalizadas na modalidade de equalização ou financiamento que compõem o orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC). Em particular, as ações do PROEX equalização (ação 0267) e do PROEX financiamento (ação 0A84). Orçamento sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/3-subsidios-e-subvencoes-da-uniao-valores-pagos-2015-incentivo-a-exportacao	COPEC	Mensal
95	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Microcrédito e Acessibilidade	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias do Microcrédito Produtivo Orientado (ação 00JO) e do Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (ação 0E85) que compõem o orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC). Orçamento supervisionado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/subsidios-e-subvencoes-da-uniao-valores-pagos-2015-microcredito-e-acessibilidade	COPEC	Mensal
96	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Minha Casa, Minha Vida	Apura despesas pagas por mês, pelo critério valores pagos e com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, relativas a subvenções econômicas constantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional inserido no Programa de Aceleração do Crescimento.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/subsidio	COAPI	Mensal

97	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Política de Preços Mínimos	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias de Aquisições do Governo Federal - AGF e Garantia e Sustentação de Preços incluídas no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC) e ainda das ações de Aquisições do Governo Federal incluídas no orçamento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA para as quais a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) realiza acompanhamento.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/subsidios-e-subvencoes-da-uniao-valores-pagos-2015-politica-de-precos-minimos	COPEC	Mensal
98	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Programas Rurais	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos das ações orçamentárias de incentivo a programas rurais diversos que compõe o orçamento das Operações Oficiais de Crédito - OOC e dos Encargos Financeiros da União - EFU e estão sob supervisão do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/2-subsidios-e-subvencoes-da-uniao-valores-pagos-2015-programas-rurais	COPEC	Mensal
99	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - PSI e REVITALIZA	Apura a despesa para cada ação orçamentária. Corresponde aos valores pagos. Abrange os valores pagos para as ações orçamentárias do Programa de Sustentação do Investimento - PSI (ação 000K), que compõe o orçamento dos Encargos Financeiros da União (EFU), e do programa de Reestruturação Produtiva - REVITALIZA, incluída no orçamento da Operações Oficiais de Crédito (OOC). Orçamentos supervisionados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN ou pelo Ministério da Fazenda – MF.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/subsidios-e-subvencoes-da-uniao-valores-pagos-psi-e-revitaliza	COPEC	Mensal
100	Subsídios e Subvenções da União - Valores Pagos - Subvenção a Itaipu	Apura despesa paga, pelo critério valores pagos, relativo à subvenção econômica por cessão de energia elétrica a Itaipu.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/subs	COAPI	Mensal
101	Taxas dos Títulos Ofertados pelo Tesouro Direto	As taxas e preços dos títulos ofertados pelo Tesouro Direto refletem o mercado secundário de títulos públicos federais. Dessa forma, o investidor pessoa física pode ter acesso aos títulos públicos por meio do Tesouro Direto e saber quais são as taxas e preços de compra e venda praticados em cada dia.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/taxas-dos-titulos-ofertados-pelo-tesouro-direto	CODIP	Diária
102	Transferências Constitucionais para Estados	Parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados.	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/transferencias-constitucionais-para-estados	COINT	Mensal
103	Transferências Constitucionais para Municípios	Parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. Dentre as principais transferências da União para os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR. Lista de contratos de TI gerenciados na Secretaria do Tesouro Nacional	https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/transferencias-constitucionais-para-municipios	COINT	Mensal

104	Transferências da União - Total por Estado	Total das transferências obrigatórias e discricionárias da União para os estados e Distrito Federal.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/tranferencias-da-uniao-total-por-estado	COINT	Mensal
105	Transferências Obrigatórias da União	Transferências obrigatórias da União para os estados e conjunto de municípios do estado.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/tranferencias-obrigatorias-da-uniao	COINT	Mensal
106	Transferências Obrigatórias da União - por Município	Valor das transferências obrigatórias realizadas pela União em favor dos municípios.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/tranferencias-obrigatorias-da-uniao-por-municipio	COINT	Mensal
107	Unidades Gestoras Cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Este conjunto de dados apresenta as principais informações sobre as Unidades Gestoras cadastradas no SIAFI. São apresentados o código da unidade, o título, a Unidade Federativa, a função e a situação sobre sua atividade.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/siafi-relatorio-unidades-gestoras	COSIS	Mensal
108	Usuários Cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	Este conjunto de dados apresenta as principais informações sobre os usuários cadastrados no SIAFI. São apresentados o identificador (CPF), o nome, a Unidade Gestora, o Órgão, o Nível e sua Situação.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/siafi-dados-usuarios	COSIS	Mensal
109	Vendas do Tesouro Direto	Este conjunto de dados traz o volume de vendas diário do programa Tesouro Direto. Os dados de vendas são apresentados também por tipo de título e por data de vencimento do título. No Tesouro Direto não são mais vendidos títulos com prazo de vencimento inferior a 1 ano.	http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/ vendas-do-tesouro-direto	COGEP	Diária
110	Quadros Societários e de Administradores das Pessoas Jurídicas(QSA), separados por UF	Em cumprimento ao Decreto 8.777 de 11 de maio de 2016, a Receita Federal do Brasil disponibiliza os dados sobre os Quadros Societários e de Administradores das Pessoas Jurídicas.	http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/cadastrados/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/dados-abertos-do-cnpj	Coordenação Geral de Gestão de Cadastro	Semestral
111	Relatórios do Atendimento	Relatório elaborado pela Diest/Cogea que apresenta as principais informações relativas ao atendimento da RFB.	https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/resultados/atendimento	Coordenação Geral de Atendimento	Mensal